



Aderentes do Bloco de Esquerda de todo o país, ativistas de diversas sensibilidades e origens, reúnem-se no Encontro Nacional CONVERGÊNCIA com o propósito de contribuir para repensar o Bloco, a sua presença e intervenção na sociedade, em tempos de grande exigência para enfrentar o colapso ambiental, mobilizar forças e vontades pela igualdade, pela justiça e pelo socialismo.

Reconstruir a pluralidade, respeitar a diversidade, pugnar pela unidade para conseguir caminhos de afirmação é o desafio que se coloca num Encontro com debate livre e por alternativas.

Há momentos onde é necessária a coragem de começar de novo. Este é um desses momentos em que é necessário ver mais longe do que as ilusões e aparências recomendariam.

CONVERGÊNCIA

MANIFESTO

Alternativas para uma esquerda que não desiste

REVOLTAS GLOBAIS ENTRE A ASFIXIA NEOLIBERAL E OS POPULISMOS FASCIZANTES

1. As elites do capitalismo atacaram a democracia, os direitos laborais e o Estado social, impuseram a desregulação e a liberalização da economia e do sistema financeiro, originaram o avanço da pobreza e a polarização da concentração da riqueza. Passados 40 anos depois de Thatcher e Reagan, o neoliberalismo abriu uma nova época de autoritarismos e conduz o planeta ao colapso climático e ecológico.

A queda do Muro de Berlim não foi o início de uma época democrática e próspera sob a égide do capitalismo. Constituindo a derrota de um sistema degenerado e anquilosado que proclamava o socialismo, a queda da URSS e dos países de Leste deu lugar a regimes autocráticos, demagogos e populistas. Foi impulsionada a ofensiva neoliberal dos seguidores dos "Chicago boys" por todo o mundo. A crise capitalista iniciada em 2008, a maior desde o "crash" da Bolsa de Nova Iorque em 1929, em vez de dar lugar a maior controlo sobre o sistema financeiro que esteve na sua origem, como então anunciado, salvou bancos privados à custa de financiamento público e desencadeou a nível mundial uma forte ofensiva do neoliberalismo contra os povos e as democracias. As consequências ambientais e climáticas da lógica predatória são, previsivelmente, devastadoras para as gerações atuais e futuras.



2. A situação internacional caracteriza-se pela instabilidade, pelo agravar das contradições, pelos sinais de desagregação e pela crescente dificuldade em as elites mundiais neoliberais conterem o descontentamento popular acumulado e o seu contágio.

Da América Latina ao Oriente, do Norte de África à Europa, a exploração do capitalismo global, o agudizar das desigualdades sociais e dos défices democráticos estão a gerar fortes movimentos de contestação e revoltas com impactos globais. Confrontos prolongados nas ruas, rebeliões populares, crescentes movimentos migratórios e de refugiados, quedas de governos e descrédito nos partidos tradicionais. Neste confronto, também a extrema direita recrudescer e conquista posições importantes nos parlamentos e nos governos, bem como influência social com movimentos xenófobos e racistas. Tudo isto é sintoma e consequência da globalização neoliberal que aprofundou a pobreza, as injustiças, a exclusão, os crimes ambientais, as disputas por mercados e matérias primas, e a financeirização insuportável.

3. A instabilidade é própria do capitalismo, cujos fundamentos residem no sistema de exploração e de dominação sobre o trabalho, que procura sempre projetar sobre este os custos das crises. Cabe à esquerda que não desistiu, unir-se e participar nos movimentos sociais, nos combates anti-neoliberais e anti-capitalistas. Na rebelião e nos movimentos vinga a esperança da justiça e da mudança revolucionária, do socialismo amplamente participado e ecológico.

“Se a crise financeira de 2008 não foi suficiente para perceber que a desregulação dos mercados não funciona, a crise climática seria suficiente: o neoliberalismo literalmente causará o fim da civilização”, refere o moderado Joseph Stiglitz, prémio Nobel da economia. As promessas de crescimento económico de que todos beneficiariam revelam-se aos olhos de cada vez mais vastos setores das populações como um embuste que as martiriza, empobrece e torna infelizes. Ao longo dos últimos 40 anos houve quem não desistisse de afirmar alternativas ao “there is no alternative” de Thatcher, não alinhasse na “Terceira Via” da cedência social-democrata e não deixasse de lutar contra a hegemonia neoliberal e a ideologia do “fim da história”.

4. Se a esquerda prescindir de se unir em oposição frontal a esta União Europeia (UE), abre espaço ao ascenso da extrema-direita e dos ultranacionalismos e populismos conservadores. O fim dos Tratados blindados, a renegociação das dívidas públicas, a mudança das regras do euro, a transição energética social e ecologicamente sustentável, o reforço da democracia soberana e a oposição ao militarismo europeu, constituem elementos nucleares da agenda política da esquerda.

A crise da UE e a própria divisão entre as várias burguesias nacionais, de que o Brexit é apenas uma das suas expressões, decorre dos Tratados europeus blindados, segundo a ortodoxia neoliberal que se impõem às democracias de cada nação, e das opções adotadas para a crise financeira iniciada em 2008, conformes com os interesses da Alemanha e das economias centrais. A crise tornou-se também económica e social. Não foi resolvida a asfixia provocada pelas dívidas soberanas, nem do euro que transfere recursos das economias mais débeis para as mais ricas. A intervenção da Troika na Grécia e em Portugal foi degradante, com impactos sociais tremendos, sem uma ponta de solidariedade entre Estados. A incapacidade para enfrentar a chegada e acolhimento de refugiados e migrantes, ao mesmo tempo que deu apoio direto ou indireto às ações militaristas no Médio Oriente, demonstra o carácter desumano e até



chauvinista desta UE. O surgimento da extrema-direita é o corolário destas políticas restritivas e injustas.

UMA LEGISLATURA CATIVADA

5. Acabar com a governação da direita, combater a estratégia do empobrecimento, da política dos cortes e recuperar rendimentos do trabalho foram prioridades corretamente estabelecidas.

Em Portugal, após as eleições legislativas de 2015 foi possível uma solução de maioria parlamentar (PS, BE, PCP e PEV) que impediu a continuação do governo de direita. Os acordos que viabilizaram o governo PS previam medidas urgentes para conter o agravamento da crise económica e social. Impediram a concretização do regime conciliatório do despedimento, o corte nas pensões e a redução da taxa social única (TSU) das empresas. Colocaram fim a novas concessões e privatizações. Garantiram o aumento do salário mínimo nacional e o início da reposição gradual dos salários na Função Pública, o descongelamento das pensões e alguma reversão das medidas contra a progressividade fiscal no IRS. Foram restabelecidos os feriados retirados pela direita, assegurada a proteção da morada de família em caso de execução ou penhora fiscal e limitado o aumento do IMI.

6. A par da indisponibilidade para a renegociação da dívida pública, cujo serviço estrangula a economia, a obsessão da redução do défice e a procura de superavits orçamentais, para lá dos compromissos com a UE, ganharam prioridade na política governamental do PS e defraudaram a viragem da página da austeridade e as expectativas de amplos sectores populares.

As cativações orçamentais tornaram ineficazes muitas medidas negociadas com o PS, os baixos níveis de investimento público, dos piores de toda a UE, conduziram à degradação dos serviços públicos, com especial gravidade no SNS, à falta de resposta na educação, à muito limitada progressão nas pensões e nos apoios sociais e à fraca disponibilidade negocial com amplos sectores laborais, como foram os casos dos professores e enfermeiros. As injeções de financiamento público para salvar banqueiros e bancos privados constituíram opções em detrimento do Estado social.

7. A segunda parte da legislatura impunha que o Bloco de Esquerda tivesse exigido um novo patamar de negociação com o PS, na continuidade do acordo de incidência parlamentar existente, cumprido que estava no seu essencial. Tratava-se de colocar em cima da mesa uma proposta de novo caderno de encargos que atualizasse e concretizasse o que era genérico no mitigado acordo inicial, definisse novas metas ao governo e desse suporte aos movimentos em torno desses objetivos. A chantagem da queda do governo não podia ser aceite como elemento de negociação.

A meio do mandato começou a desenhar-se um novo ciclo político marcado por um PS mais arrogante, animado pelas sondagens, e concentrado no défice zero, pela recusa do governo em mexer no código do trabalho, na lei do trabalho por turnos, na legislação da habitação, nas rendas excessivas da energia, na descentralização que foi transformada em “municipalização” com o apoio da direita. O aumento da precariedade no setor privado, a persistência dos baixos salários e a degradação dos serviços públicos tiveram como consequências diminuir a



recuperação de rendimentos do trabalho. Esta situação foi agravada pela crise habitacional com aumentos brutais das rendas e da especulação imobiliária, pela exiguidade do investimento público em serviços e infraestruturas. Pela incapacidade de reverter as políticas que conduzem ao despovoamento e empobrecimento do interior, claramente exposta na enorme dimensão dos incêndios rurais e no agravamento das disparidades territoriais.

8. Para a opinião pública transpareceu que a esquerda estava limitada e incapaz de confrontar o PS com uma alternativa à política das cativações, do défice zero, da procura do excedente orçamental, do bom aluno de Bruxelas e dos interesses do patronato e do sistema financeiro.

Em vez de desafio ao PS, optou-se pelo acomodamento, pela picardia mediática e pelo deixar arrastar-se até ao final da legislatura pelas propostas de Orçamentos discutidas nas vésperas da entrega na AR e sob chantagem da demissão do governo, quando este, na prática, o que fazia, era acordos de geometria variável com a direita. Este quadro só podia ser enfrentado com iniciativa política e mobilização social, sem cedência à chantagem.

9. Procurar centrar o conflito na esfera institucional, defendendo a estabilidade como um valor em si, foi a posição considerada mais ajustada pelo Bloco para a disputa eleitoral em 2019, visando a repetição de uma solução institucional com o PS, como estratégia e não como tática tendente a criar uma alternativa de governação.

Amplos setores que sofreram o empobrecimento no tempo da Troika criaram a legítima expectativa de que os seus rendimentos seriam repostos, as carreiras e direitos recuperados, as condições de vida melhoradas. Começaram a despontar várias lutas que desafiaram o governo e a maioria parlamentar, por vezes fora do controlo das estruturas sindicais tradicionais. A resposta do governo foi a inflexibilidade, como aconteceu com os professores e enfermeiros e, nas lutas no setor privado, o governo colocou-se ao lado do patronato. Na greve dos motoristas põe em causa o direito à greve e mobiliza as forças de segurança e militares para substituir e intimidar os trabalhadores. A resposta da esquerda ao autoritarismo do governo não teve a dimensão que a defesa dos direitos laborais exigiria.

LEGISLATIVAS: EFEITO “GERINÇONÇA” VIROU AO CENTRO

10. Os resultados eleitorais tornam inequívoco que foi o PS que capitalizou a mensagem da estabilidade e contas certas, da menor expressão da conflitualidade laboral, do discurso da responsabilidade e da “leitura inteligente” dos tratados da UE, em suma, os quatro anos de “geringonça”.

O Bloco conseguiu manter o número de deputados na Legislativas 2019, apesar de perdas eleitorais significativas nos mais importantes círculos eleitorais urbanos. O peso da esquerda em relação ao PS recuou. A maioria resultante das eleições não é absoluta, mas configura um quadro parlamentar que confere ao PS uma confortável autonomia. Para fazer aprovar diplomas e até o Orçamento de Estado, a negociação do PS com outros grupos parlamentares passou a ter um grande leque de opções.

11. A direita foi derrotada, mas a nova configuração do Parlamento confere-lhe papel na manutenção da atual legislação laboral, das PPPs no Serviço Nacional de Saúde, apesar da



última revisão da lei, na municipalização contra a regionalização ou na diminuição da fiscalidade sobre o capital.

A direita pagou pelo empobrecimento que provocou no período da troika, por um discurso incapaz de se demarcar durante toda a Legislatura dessas políticas e por propor ao país um plano que não passava de um regresso ao passado. Nem a habitual ideia de ser o garante das contas certas resultou a seu favor, ultrapassada por um governo PS focado nas cativações e na meta do défice zero.

12. O resultado eleitoral não é favorável a que se consigam “avanços para patamares mais exigentes de direitos sociais” baseados apenas na via institucional. As mobilizações e as lutas sociais vão ser necessárias e decisivas.

A correlação de forças no Parlamento deslocou-se a favor do PS e do chamado “bloco central”. O Bloco não alcançou o objetivo traçado na XI Convenção Nacional de “ser força de governo, com uma nova relação de forças”. A capacidade de influenciar políticas diminuiu e o equilíbrio de forças tornou-se mais desfavorável para a esquerda. O PS, com a arrogância que já tinha manifestado ao longo da segunda metade da legislatura, sentiu que tinha conseguido uma nova e confortável relação de forças que dispensava acordos.

13. A afirmação do Bloco como alternativa ao PS, com um programa anti-neoliberal e socialista, ficou comprometida.

A participação numa maioria com o PS “para a continuidade do combate à austeridade” constituiu o objetivo da orientação política desenvolvida pelo Bloco em campanha eleitoral. Com taticismo, a intervenção centrou-se em ideias chave como “estabilidade”, “contas certas”, “sensatez” ou “Bloco fazedor de pontes” que retiraram força às propostas do programa eleitoral. A ênfase do compromisso do Bloco com o governo e a centralidade dada a uma “geringonça” em que BE e PS convergiram para “ganhos inegáveis”, acabaram por ser argumentos oportunos para a própria campanha do PS. A insistência num novo acordo, ao invés da urgência de novas políticas, mais do que criar alguma dificuldade a António Costa, criou a ideia de que o Bloco se adaptava porque “queria ir para o governo” e já fazia parte do sistema. A referência a um “programa na essência social-democrata” consolidou aquela ideia e deu espaço, com uma dimensão nunca antes sentida, para a ambiguidade e a dúvida sobre o projeto socialista do Bloco. Não foi feita a crítica que se impunha ao sistema que aumenta a produtividade e produz superávits orçamentais, mas que só beneficia os mais ricos, serve o sistema financeiro e a dívida, desprotege os serviços públicos e mantém mais de 2 milhões de pessoas na pobreza.

UM BLOCO PLURAL, DEMOCRÁTICO E SOCIALISTA

14. O estado atual da democracia interna conduz à desmobilização e à desvinculação. A vida política interna é determinada pela decisão centralizada de grupo restrito, dominado pelas duas fações, assente na partilha de posições, lugares e aparelho, a nível nacional. É urgente inverter este quadro.

A linha que tem assentado na participação numa maioria com o PS, sem definição política e afastada dos movimentos e lutas sociais, está a reconfigurar o Bloco e a afastá-lo dos princípios



do “Começar de Novo”. O funcionamento do Bloco de Esquerda centrado no Parlamento, o agravamento dos problemas na democracia interna e a falta de transparência na contratação de funcionários decorrem dessa orientação política, assim como da necessidade de a impor de forma não declarada nem aprovada. O debate interno e as divergências são hostilizados e levam à marginalização de aderentes, tendo como resultado cada vez mais frequente nos últimos tempos a desvinculação do Bloco. O sistema de direção é exercido de cima para baixo, através de uma cadeia de funcionários. Foram recuperadas as velhas formas do “centralismo democrático”, em particular o desrespeito pela autonomia das decisões distritais e locais previstas estatutariamente.

15. O Bloco precisa de uma visão plural e de definir a sua orientação política nesse quadro, com o envolvimento de todo o partido e o contributo das múltiplas vivências, experiências, perspetivas e competências das/os aderentes, com participação e democracia radical.

As organizações locais esvaziam-se. Perdem ativismo e autonomia política nas suas áreas de intervenção e acentua-se a marginalização do trabalho local, autárquico e sindical. Os grupos de trabalho temáticos são desincentivados e praticamente desapareceram. Perdeu-se aprofundamento e participação em torno de políticas próprias em áreas fundamentais como o trabalho, educação, saúde, ambiente, agricultura ou interior. A ausência de debate interno plural, participado, amplo e criativo ficou evidente na elaboração centralizada do programa eleitoral e da orientação para a campanha, manifestando-se em todos os níveis da organização. As saídas do Bloco estão a ser perdas importantes.

16. A luta política que demarca campos no parlamento e nas instituições é relevante, mas a principal dinâmica da mudança política com vista à conquista de uma maioria social é a intervenção no movimento social, nos múltiplos combates que ganham força e refletem antagonismos de classe e agendas anticonservadoras.

Avolumam-se os sinais contraditórios sobre a pluralidade democrática que está na génese bloquista. Verifica-se uma crescente fulanização típica dos partidos sociais-democratas ou dos vanguardismos iluminados. Esta situação está a bloquear a capacidade de crescimento e de ampliação da influência política, enraizada nos movimentos sociais, nas lutas contra as discriminações e injustiças, nas populações, nos trabalhadores e nos territórios. O centro de gravidade do Bloco tem de ter mais movimento e mais local, não só pela preparação das autárquicas – normalmente desvalorizadas, mas por ser imperioso enraizar e dar sustentabilidade à intervenção geral bloquista.

PROGRAMA DE GOVERNO, ORÇAMENTO E A URGÊNCIA DOS SALÁRIOS

17. Um OE que condicione o investimento público necessário no SNS, na habitação e nas infraestruturas para combater a emergência climática, com o objetivo de garantir um saldo primário acima dos 3% do PIB e o financiamento de uma dívida externa que tem de ser renegociada, não aponta para um novo ciclo de ataque às desigualdades, à pobreza e à mudança climática.

O debate e votação da proposta de Orçamento de Estado (OE) para 2020, que será conhecida a 16 de Dezembro, constituirá o primeiro desafio do Governo na relação com as várias forças parlamentares e com o país. Para o Bloco de Esquerda, o OE deverá resultar numa proposta que



encerre em definitivo o ciclo da austeridade, retome o investimento público aos níveis pré-crise e comece a construir mais democracia económica para a maioria da população. Ao invés, uma proposta de OE que faça perdurar os baixos salários e pensões, um país incapaz de qualificar os serviços públicos, de enfrentar a crise habitacional, de arrancar para a transição energética e agroecológica, será a cedência às imposições do diretório europeu e de um sistema financeirizado.

18. O Programa do Governo para a legislatura e o quadro macroeconómico do Programa de Estabilidade 2019-23 dificilmente conferirão credibilidade para compromissos à esquerda, que garantam a defesa dos trabalhadores e de um país que opta pela justiça social em vez da obsessão pelos superávits orçamentais.

O Programa do Governo (2019-2023) indica como eixos prioritários para “uma boa governação” que “o caminho traçado para os próximos quatro anos deverá permitir reduzir a dívida pública (...) e manter um saldo primário¹ perto dos 3% do PIB”². É o já habitual discurso das “contas certas”, como condição para “uma política orçamental estável e credível”, com que o governo pretende justificar a opção de carácter neoliberal pelo investimento público esquelético e a degradação do Estado social. Diferente é defender uma gestão orçamental ponderada, mas capaz de responder às urgências e às necessidades de justiça social, de desenvolvimento económico, com progressividade fiscal, combate à fraude, aos benefícios abusivos e à evasão fiscais, nomeadamente através dos *offshores*³, fim da transferência de fundos públicos para a banca privada⁴, entre outras fontes de financiamento da despesa pública justificada. O debate em torno do OE 2020 não é apenas o debate sobre o primeiro Orçamento da nova Legislatura. Trata-se do primeiro passo na luta por uma alternativa a um programa neoliberal e a possibilidade de se enfrentar uma nova crise. A ideia de que, depois de quatro anos de “geringonça”, não se pode deixar de dar o benefício da dúvida em troca de uma qualquer cedência do PS, desarma a esquerda e aprofunda dificuldades nos movimentos sociais.

19. Este é o combate decisivo a ser travado: a reversão das leis laborais e o fim do abuso da precariedade. O compromisso do PS com a revisão da legislação laboral ou a falta dele, deve determinar a posição a adotar pelo Bloco acerca do Orçamento de Estado. Sem complexos, o Bloco assume-se como oposição influente, mas oposição.

A taxa de desemprego diminuiu, mas a precariedade está aos níveis mais elevados da década. Cerca de 900 mil trabalhadores têm contratos a prazo ou vínculos ainda mais precários e os salários não conseguiram recuperar os níveis do início do século, tendo em conta a taxa de inflação. Para repor em 2023 os salários, no peso que tinham no PIB em 2009 e ultrapassar o salário médio da altura, são necessárias taxas anuais de crescimento nominais do salário médio

¹ Saldo primário é o resultado das contas públicas excluindo os juros; esse saldo é usado para o pagamento de juros e, quando superior a eles, para pagamento de parte da dívida.

² O Programa de Estabilidade 2019-2023 apresentado pelo Governo em Bruxelas, indica como saldos primários para 2020, 2021, 2022 e 2023, respetivamente, 3,3%, 3,8%, 3,4% e 3,4% do PIB. Em 2018 foi de 3%, cerca de 6,1 mil milhões euros!

³ Entre 2010 e 2015, o total das transferências para *offshores* ascende a 29 mil milhões de euros, sem terem sido alvo de qualquer tratamento do fisco.

⁴ Segundo o Banco de Portugal, no período de 2007 a 2018 foram entregues à banca portuguesa 23,8 mil milhões em fundos públicos. Só para o BPN foram 4,9 mil milhões a fundo perdido e para o BES, BANIF e NB foram 4,7 mil milhões através do Fundo de Resolução, com maturidades de 30 anos e taxas de juro abaixo da média das praticadas pelo Estado.



de cerca de 4%⁵. Contudo, o Governo está a defender na Comissão Permanente de Concertação Social aumentos 2,7% para o próximo ano. A explicação principal para o recuo nos salários reais deve ser encontrada na legislação laboral que mantém o essencial dos desequilíbrios entre trabalho e patronato que vem do governo PSD/CDS. Precariedade e legislação sobre a contratação coletiva que a diminui constituem o cruzamento perfeito para manter a pressão sobre os salários. No centro da luta entre trabalho e capital, o PS não se engana e coloca-se do lado do desequilíbrio a favor do patronato.

PRIORIDADES DA ESQUERDA NAS LUTAS PELA MAIORIA SOCIAL

20. A reestruturação da dívida deve ser colocada no topo das relações com a UE. A degradação que tem sofrido na agenda política, na tentativa da sua invisibilidade, é inaceitável.

A dívida externa portuguesa é tão elevada quanto insustentável. Em Outubro de 2018 atingiu o montante mais elevado de sempre, 251 mil milhões de euros. O seu rácio com o PIB diminuiu 10 pp devido ao crescimento económico, mas a pressão sobre as contas públicas mantém-se inabarcável. Nunca poderá ser integralmente paga e a sua redução tem de ser o principal objetivo macroeconómico, só alcançável através de uma reestruturação que não pode continuar a ser adiada. Não o fazer é continuar a hipotecar o desenvolvimento do país, com a sangria de recursos nacionais para os chamados credores externos, em vez do investimento no SNS, no ensino público, na criação de emprego, na diminuição das desigualdades, na coesão territorial e na transição energética.

21. A necessidade de um setor público para a transição energética, que substitua o papel que a EDP nacionalizada podia desempenhar neste processo, é indispensável para que não sejam as estritas regras do mercado, do lucro e da acumulação a determinarem no país a mudança tecnológica e energética com maior impacto neste século.

Estamos perante uma crise ecológica e social global de proporções históricas e planetárias. As alterações climáticas são um dos sintomas dessa crise e a declaração de emergência climática é um imperativo ético e político. Não será possível solucionar esta crise no quadro do capitalismo, que é uma formação histórica ecocida, sustentada na indústria dos combustíveis fósseis, no extrativismo e no produtivismo, mas é possível evitar o pior e ganhar tempo para uma transição ecossocialista e para a construção coletiva de um novo sistema histórico. A adaptação e a mitigação aos efeitos das alterações climáticas impõem um processo de transição energética. Trata-se de uma mudança radical, não só na geração de energia, mas também nos transportes, na indústria, na agricultura e florestas, nas cidades, na criação de emprego, na ciência, na economia em geral e na sociedade. A retórica ambientalista e da neutralidade carbónica do governo está em absoluta contradição com a política sobre a exploração do lítio e a solução aeroportuária Portela+Montijo promovida pelos interesses da ANA/Vinci. O Bloco deve opor-se a que se construa um aeroporto num dos mais importantes estuários da Europa e que seja aumentado o número de voos sobre Lisboa com destino/origem na Portela.

⁵ Dados do Observatório sobre Crises e Alternativas, do Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra.



22. A extrema direita populista e conservadora utiliza o descontentamento social que resulta da predação neoliberal para alimentar as políticas homofóbicas, sexistas e racistas, o fecho das fronteiras e a resistência à descarbonização da sociedade. A resistência faz-se em articulação com movimentos sociais fortes.

O alinhamento populista, conservador, xenófobo e antiambientalista marcado por Trump, por alguns governos da Europa e por ganhos eleitorais expressivos da extrema direita, emerge da crise do sistema que agrava a exploração e a opressão sobre a classe trabalhadora e aprofunda as discriminações racista, xenófoba, homofóbica e sexista. As agendas dos movimentos sociais têm vindo a mobilizar sectores da sociedade para a luta das mulheres pela igualdade, contra a violência de género e o femicídio, pela recusa das discriminações racistas e homofóbicas. É preciso dar força a um feminismo plural, ecologista, anticapitalista, antipatriarcal e anticolonial. Que seja a expressão do combate às múltiplas discriminações e envolva mulheres de setores mais subordinados, operárias, imigrantes, mulheres de diversas etnias e orientações sexuais, mulheres rurais, portadoras de deficiência, jovens ou idosas. As mobilizações da juventude contra a crise climática e pela adoção urgente de medidas de defesa do ambiente ganharam forte expressão. São agendas que constituem sinais importantes da força social contra o conservadorismo.

23. Descentralização democrática, conforme prevê a Constituição, confere competências e meios a órgãos regionais com legitimidade democrática própria, sujeitos ao escrutínio democrático e transparente. A regionalização não é uma questão do interior ou das autarquias. É assunto do Estado e da democracia que as populações reconhecem quando lutam por serviços, acessibilidades e igualdade.

Nos países com burguesias locais historicamente fortes, os setores hegemónicos do centro foram obrigados a ceder poderes e recursos. Em Portugal, uma burguesia débil, dependente do Estado central, conservadora e paroquialista, nunca teve força, com exceção de alguns episódios, para impor medidas descentralizadoras. Descentralizar é democratizar e, desse modo, possibilitar no âmbito do conflito social que as decisões reflitam prioridades sociais e políticas mais próximas e com maior intervenção da cidadania. A municipalização PS/PSD é o inverso da proximidade. Onde devia haver mais autonomia, como na escola ou na saúde, as decisões são entregues aos presidentes de Câmara. Onde os cidadãos deviam ter mais influência na decisão, como no caso dos fundos estruturais ou nas redes de infraestruturas supramunicipais, são dadas competências às CIM⁶ que nem mecanismos de controlo democrático têm. Nos casos em que o exercício de competências precisa de escala, dispersa-as de modo a serem agregadas pela entrega a empresas privadas. A anunciada eleição por um “colégio eleitoral” dos presidentes das CCDRs é um contrassenso, porque continuarão a ser meros organismos desconcentrados do aparelho de Estado central. A regionalização não será condição suficiente, mas é absolutamente necessária para que uma cidadania de pleno direito defenda equidade no investimento e no acesso aos serviços públicos, direitos em condições de igualdade e possa decidir sobre a gestão e o futuro dos respetivos territórios.

⁶ Comunidades Intermunicipais – associações de municípios.



Afirmamos a nossa política, as nossas propostas e os nossos objetivos, sem recurso a velhos sectarismos ou a obsoletas autossuficiências. Sem deixar de fora nenhum terreno de intervenção, colocamos o trabalho, o combate à iniquidade prevalecente na Europa, a defesa dos serviços públicos, a transição energética e agroflorestal, a coesão territorial encarada do ponto de vista das populações no nosso centro de intervenção política.

Queremos um Bloco que vá à luta, que não se iluda nem se acomode nos labirintos de São Bento, que não amoleça nas mesuras da negociação institucional nem se deslumbre com a presença na comunicação social; um Bloco que retome a rua, a empresa, o bairro, a escola, o campo como o centro de gravidade da ação política, onde se disputam e se conquistam as maiorias sociais, alavancas decisivas das ruturas políticas e das transformações que queremos e que são a razão da nossa existência. Não perdemos de vista que o nosso objetivo estratégico é o socialismo

Queremos um Bloco de Esquerda democrático, interventivo e dinâmico do topo à base, atento às realidades em que nos movemos, envolvido nas lutas política e sociais, grandes e pequenas, onde todos os aderentes são iguais entre si, onde haja respeito pela democracia interna, que confie e incentive as organizações locais, que rompa com os estereótipos viciantes e degradantes dos velhos partidos tradicionais e que se saiba construir segundo novas e fecundas lógicas de movimento. É um Bloco de Esquerda plural, democrático, socialista e popular que queremos. Aqui estamos! É preciso começar de novo!

Fábrica Braço de Prata, Lisboa, 08 de Dezembro de 2019

O Encontro Nacional **Convergência**